

EDITORIAL

A sociedade portuguesa vive a hora mais grave e mais decisiva da sua já longa história, grave e decisiva porque de encruzilhada e de opções que determinarão, irremediavelmente, não só o seu futuro — o que já não seria pouco e nos põe a todos diante de uma responsabilidade histórica face às gerações vindouras —, mas a sua própria sobrevivência.

Quase meio século depois, o Regime que governou este País ininterruptamente desde 1926 e que a si próprio se definiu como «antiliberal, anti-democrático e autoritário», caiu diante de um movimento militar que, tal como aquele que precedeu a instauração desse regime, como que assumiu as preocupações mais profundas do homem português e nelas encontrou a sua própria justificação.

Mas se são, na realidade, múltiplos e mais ou menos conhecidos os motivos que estiveram na sua base, um há que, pela sua importância e dimensão, desde há muito reconhecido unanimemente como o primeiro e mais grave problema nacional, representou uma força decisiva no desencadear do imparável movimento das Forças Armadas Portuguesas: o problema ultramarino. Isso mesmo o reconheceu o afirmou a Junta de Salvação Nacional no seu primeiro comunicado ao País e no Programa de Acção tornado público 24 horas depois de ter assumido o Poder.

É neste contexto que «Tempo», um jornal que, desde a primeira hora, se definiu e afirmou como órgão de Informação independente, «apenas comprometido com Moçambique e o seu futuro» e que, ao longo destes quase quatro anos, deu sobejas provas de fazer quanto lhe era possível para manter essa independência e essas convicções, quando uma e outra não eram fáceis de manter, se julga no direito de, aqui e agora, tomar posição face aos importantes acontecimentos dos últimos dias. E vamos fazê-lo com a mesma coerência e dentro dessa mesma linha de rumo que a nós mesmos impusémos.

Assim, se saudamos e apoiamos as medidas de saneamento e salvação nacional que se propõe o novo Poder constituído, porque independentes continuaremos a ser, não podemos deixar de nos interrogar sobre a evolução da situação em Moçambique e sobre o futuro desta Terra, que é razão da nossa própria existência. Por outro lado — e isso não pode deixar, neste momento, de nos

dar certa força — a grave situação que Moçambique atravessa não terá sido das que menos pesou, dentro daquilo que se entende como problema ultramarino, na séria, mas responsável e patriótica decisão das Forças Armadas ao assumirem o Poder.

Temos consciência de que, tal como afirma a Junta de Salvação Nacional, «a solução das guerras no Ultramar é política e não militar» e que «a criação de condições para um debate franco e aberto a nível nacional do problema ultramarino» poderá ajudar-nos a todos a encontrar as grandes linhas dessa solução. E se nunca a julgámos fácil, também não cremos que ela seja impossível.

Mas parece-nos importante que se acentue neste momento que uma solução nacional do problema, seja ela qual for, não deverá ignorar ou ser feita à margem de quem quer que seja componente válido de uma sociedade nova, que todos queremos multirracial e integrada, justa e despida de preconceitos, sejam eles de que sinal forem, quer se trate de pessoas ou de minorias, porque umas e outras são igualmente células vivas de qualquer sociedade.

Uma autonomia progressiva e levada a cabo, como todos desejamos, sem convulsões, nos grandes territórios ultramarinos, se implica a inevitável ascensão da grande maioria a cargos e funções de cada vez mais ampla responsabilidade, numa participação não só igualmente desejada, mas sincera e dignamente representativa — já chega de farsa e de oportunismos mais ou menos coloridos, que nada significam nem enganam ninguém —, também não pode deixar à margem, por simplista inversão de sinais, pessoas ou minorias, sejam elas quais forem, que provem a sua boa fé e o seu desejo de participar na construção do futuro que Moçambique merece e tem ao seu alcance. É isso não só porque as boas e sãs regras da Política e da Moral assim o determinam, porque, enfim, Moçambique é de quantos aqui vivem, trabalham e, é verdade que com erros, injustiças e alguns desmandos, contribuíram decisivamente para aquilo que hoje Moçambique já é, mas até porque nem poderá ser, sem graves consequências para a própria vida do território, de outra forma. Por outras palavras, não nos parece que seja possível manter o funcionamento normal das instituições ou governar Moçambique sem a presença

e a participação dessas minorias e pessoas, que, vinculadas por uma língua comum e por séculos de uma presença efectiva, fazem hoje parte integrante da estrutura social e económica deste Território e cuja exclusão deixaria à volta um grave e insuperável vazio.

Nesta hora decisiva de encruzilhada, mas também de reflexão, nós acreditamos que Moçambique pode construir o seu futuro na cooperação fecunda de todos quantos aqui vivem e trabalham e queiram, de boa fé e espírito aberto, com a grandeza de alma e a generosidade de que são capazes os que acreditam numa ideia, entrar nessa grande aventura que é a de construirmos o nosso próprio futuro, estabelecendo as regras de um novo contrato social, que conduza Moçambique e os moçambicanos a uma verdadeira sociedade multirracial melhor e mais justa. Todos não seremos demais para responder a este desafio da História.

Temos consciência de que a esse futuro se abrem perspectivas imensas: Moçambique não só encontra na actual conjuntura económica mundial, que é irreversível, um papel preponderante e insuspeitado, como grande produtor de matérias-primas essenciais, como é um território potencialmente tão rico que a sua economia está fadada a um «boom» imparável, logo que possa ser libertada das escleroses artificiais de uma burocracia distante e de mil e um condicionalismos, estranhos à sua própria estrutura, que a retêm e paralisam.

Na construção desse futuro comum, promissor de uma sociedade onde todos tenham acesso à riqueza portentosa desta Terra, reivindicamos, desde já, participar.

A Junta de Salvação Nacional que assumiu o Poder deu-nos a garantia de que a questão do ultramar seria decidida pela Nação e precedida de um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema. Nesse debate e nessa decisão reivindicamos, pois, o direito de, como parte integrante e directamente interessada, ser ouvidos, participando.

Temos atrás de nós a força de sermos hoje a parcela mais povoada do território nacional e o direito de intervir na escolha do nosso próprio destino.